

REFLETINDO SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NÃO-FORMAL

Anabel de Lima¹

RESUMO

A EA como um todo, produz saberes que direcionam as práticas, bem como práticas que conduzem a teoria e seguindo esse contexto, se fará uma reflexão da Educação Ambiental não-formal, mesclando esses dois viés e as diversas possibilidades que apresentam.

Inicialmente, de forma bem generalizada, é apresentado o caminhar da Educação Ambiental não-formal ao longo dos anos, a qual teve início com os movimentos populares, passando do ativismo naturalista ao aspecto sistêmico, inter-relacionando o local e o global, assegurando o encontro das diversidades e da troca de culturas.

Em seguida são introduzidos vários princípios e fundamento para o planejamento e a execução Programas Educacionais, de forma a garantir um maior efetivação e eficácia das ações propostas. Todo o exposto é exemplificado através de um Programa de Educação Ambiental não-formal em execução.

E por fim, cabe a nós refletir sobre nossas práticas, já que a EA é um processo em permanente construção, que tem como objetivo promover a renovação da auto-imagem e da percepção do indivíduo perante o mundo e perante a coletividade, possibilitando não só a aquisição de novos conhecimentos, mas o despertar de valores e execução de novas atitudes em relação ao meio ambiente.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Educação Ambiental não-formal; Planejamento e execução de Programas Educacionais;

1 - UM BREVE TRAJETO PELA CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NÃO-FORMAL

É interessante observar a evolução que a Educação Ambiental - em especial a não-formal - sofreu ao longo do tempo, visto que inicialmente era utilizada como forma de manifesto, alertando sobre a escassez dos recursos naturais e indicando a necessidade de conservação da natureza. “É concebida inicialmente como preocupação dos movimentos ecológicos como uma prática de conscientização capaz de chamar a atenção para a finitude e a má distribuição no acesso aos recursos naturais” (CARVALHO, 2004, p. 51-52).

¹ Bióloga, Mestre em Educação Ambiental e Coordenadora Técnica do projeto “Jovem, mostre a sua cara!”, executado pelo Mater Natura – Instituto de Estudos Ambientais; E-mail: limanabel@yahoo.com.br.

Por longos anos e até os dias de hoje, os movimentos sociais e as Organizações Não Governamentais – ONGs, ainda são vistos como mero ativistas, desconsiderando toda contribuição que trouxeram à sociedade através de sua luta, como alerta Loureiro (2004):

A ausência de reflexão sobre o movimento ambientalista, seus propósitos e significados políticos, levou à incorporação acrítica por parte dos educadores ambientais, das tendências conservadoras e pragmáticas dominantes, estabelecendo ações educativas dualistas entre o social e o natural, fundamentadas em concepções abstratas de *ser humano* e generalistas e idealistas no modo como definem a responsabilidade humana no processo de degradação ambiental (LOUREIRO, id., p. 81 – grifos do autor).

Mas essas entidades vão ganhando forças ao longo do tempo, incorporando outros fundamentos, ampliando a visão do ambiental, o qual passa a ser assimilado no seu verdadeiro sentido, como algo sistêmico, composto pela inter-relação entre os fatores ambientais, sociais e econômicos e não apenas o fator natural. O que ocorre especialmente a partir do Fórum das ONGs, evento realizado em paralelo à Rio-92, legitimando estas instituições através da participação e articulação política. Como resultado e ganho para a EA, temos a formulação do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e o surgimento da primeira rede de EA do Brasil, a Rede Brasileira de Educação Ambiental - REBEA.

A partir de então, a EA ganha forças e passa a ser vista como um processo de aprendizagem contínua, para a formação de cidadãos que recebem conteúdos e subsídios para optarem por hábitos e atitudes que visem o bem estar individual e coletivo e para a melhoria do ambiente para as presentes e futuras gerações.

Necessitando extrapolar o espaço escolar, disseminando conteúdos para a comunidade em geral, em áreas públicas, no entorno de Unidades de Conservação, em empresas e indústrias, através de atividades culturais, através de meios de comunicação de massa, através da ação de universidades (ações de extensão comunitária), pela

formulação e execução de programas educacionais por Organizações Não Governamentais (ONGs), movimentos sociais, Poder Público, entre outras entidades.

Pois de acordo com o Artigo 13 da Lei nº 9.795, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental (EA) “entendem-se por Educação Ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

2 – SELEÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NÃO-FORMAL

Para execução de Programas relacionados à Educação Ambiental não-formal, faz-se necessário primar por alguns fundamentos e princípios, os quais tornam a prática mais efetiva.

A começar pela plena oportunidade de participação dos envolvidos, o que permite o questionamento, a proposição de ações e soluções para a consecução dos objetivos que se pretende alcançar. Pois muitas vezes, a oposição a um determinado Programa decorre principalmente da falta de informações do público-alvo sobre o mesmo.

As práticas em Educação Ambiental devem sempre considerar a realidade local, levando em conta toda sua perspectiva histórica, pois ela diz muito sobre os aspectos culturais e sociais do público-alvo, além de que, possibilita que a situação futura desejada seja condizente com os anseios e com as possibilidades dos envolvidos.

Assegurando o respeito às diversas formas de vida e expressão da cultura, estimulando o convívio entre os diferentes, a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, usando estratégias democráticas e de interação.

Outro fator que merece destaque é o enfoque sistêmico, o qual se estrutura num conjunto organizado e interdependente de relações, onde todos os fenômenos ou eventos se inter-relacionam de forma global. A EA deve considerar o meio ambiente em sua totalidade, ou seja, em seus aspectos naturais e criados pelo homem, tecnológicos, sociais, econômicos, políticos, históricos, culturais, morais e estéticos, possibilitando a ação integrada de diferentes perspectivas.

Mas o ideal é que se comece a averiguar as questões ambientais do ponto de vista do local, do próprio meio que cerca a população-alvo, passando ao regional, ao nacional e ao global, de modo que se identifique com as condições ambientais de outras localidades. Estabelecendo as inter-relações do meio ambiente local com o restante do planeta, possibilitando a compreensão do funcionamento dos ecossistemas naturais e sociais a partir da realidade que se pretende trabalhar.

A criação e o desenvolvimento de um Programa de Educação Ambiental não-formal pode ser elaborado utilizando-se diferentes métodos, visto que não há uma metodologia única, nem um modelo rígido para tal. Podem-se utilizar diversos ambientes educativos e uma ampla gama de atividades práticas para se transmitir e socializar conhecimentos.

Baseado em Pádua & Tabanez (1999) e Toro & Werneck (1997), elaborou-se uma proposta para o planejamento e a execução de Programas de EA não-formal, o qual compreende as seguintes etapas:

A. Realização de diagnóstico:

O diagnóstico deve ser realizado logo no início de qualquer Programa para a identificação das principais temáticas a serem abrangidas e para delineamento das ações a serem realizadas. Faz-se importante para identificação das questões ambientais específicas da área de realização do projeto e para se conhecer as necessidades, valores

e potenciais do público envolvido, enfim, para se identificar características ambientais, sociais e econômicas relevantes.

Para realização de diagnóstico, há uma série de metodologias participativas ou não, que podem ser utilizadas².

B. Planejamento e execução do Programa Educacional a ser realizado:

Para a implantação de um Programa de Educação Ambiental não-formal, necessitamos estabelecer prioridades, atitudes e formas de ação, levando em conta os seguintes critérios:

- Definição do público-alvo e do objetivo a ser alcançado;
- Seleção do conteúdo e temáticas abordadas;
- Adequação da linguagem e das estratégias, levando-se em consideração os conhecimentos, as vivências e o vocabulário do público-alvo;
- Desenvolvimento de estratégias para realização do objetivo escolhido;
- Dimensão das ações propostas;
- Estabelecimento de parcerias para execução da proposta;
- Elaboração de cronograma de execução das atividades.

C. Avaliação dos resultados para aperfeiçoamento do trabalho:

Todo o trabalho desenvolvido deve ser avaliado periodicamente para que se possa fazer correções e traçar novas diretrizes, adequando o Programa às necessidades do público-alvo. A avaliação apresenta não só a efetividade do programa como um todo, como também fornece informações acerca dos diferentes procedimentos usados.

² Para saber mais, consultar BROSE, M. (Org). **Metodologia Participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomio Editorial, 2001.

Mas o mais importante dentro de um Programa de Educação Ambiental não-formal, é saber qual o produto/resultado que se espera dele, para que realmente tenhamos mudança de valores, atitudes e comportamentos que levem o ser humano a busca de uma melhor relação consigo mesmo, com o meio ambiente e com o próximo.

3 – EXEMPLIFICANDO UM PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NÃO-FORMAL

Abaixo será apresentado o Programa “Jovem, mostre a sua cara!”³, o qual é realizado com jovens (de 13 a 25 anos) das comunidades da Ilha do Mel no litoral do Paraná, pelo Mater Natura – Instituto de Estudos Ambientais e financiado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) através do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Tem como objetivo envolver os jovens ilhéus em um processo de planejamento e gestão participativa, enfatizando a sustentabilidade comunitária e despertando o exercício da cidadania, além de promover o resgate e a valorização da cultura e do ambiente local.

A idéia de implementação desse Programa Educativo ocorreu em função da falta de perspectiva em relação a oportunidades de estudo (existem apenas escolas com turmas de 1º a 8º séries do Ensino Fundamental) e trabalho na Ilha do Mel, o que faz com que muitos jovens deixem suas comunidades de origem e direcionem-se para centros urbanos, contribuindo na maioria das vezes para perda de sua identidade cultural.

Inicialmente foram realizadas atividades de diagnóstico, utilizando metodologias com enfoque participativo, como DRP – Diagnóstico Rural Participativo, Metodologia ZOPP e Oficina do Futuro, visando a coleta de dados e de indicadores socioambientais, para uma melhor compreensão da realidade local e para o encaminhamento das atividades posteriores. Vale ressaltar que desde o início da execução das atividades, foram feitas consultas junto aos representantes de entidades comunitárias, buscando envolver a comunidade em todo o processo.

As demandas verificadas foram transformadas em práticas que procuram contemplar integralmente aos anseios dos jovens, considerando suas próprias alternativas e respeitando a realidade à qual pertencem.

Numa 2ª fase foram realizadas atividades de integração de saberes entre os jovens e profissionais de diferentes áreas, a fim de proporcionar a compreensão da interdependência ambiental e social da Ilha do Mel. Assim foram abordadas as seguintes temáticas: a) Características geográficas, fauna e flora da Ilha; b) Unidades de Conservação; c) Relações interpessoais e com o ambiente; d) Exercício da cidadania; e) Resgate Cultural. As quais foram trabalhadas através de exercícios de habilidade social, que envolveram a exposição, discussão e reflexão de diversos temas e o intercâmbio de experiências, estimulando os participantes a repensarem suas ações com relação ao meio. Pois quando se conhece melhor o ambiente em que se vive, se passa a ter uma nova postura comportamental em relação a ele, conservando-o e querendo que outros moradores e visitantes também façam o mesmo.

E visando a valorização pessoal e coletiva e a melhoria das relações interpessoais e sociais das comunidades envolvidas, foram também realizadas atividades lúdico-pedagógicas, que procuraram possibilitar momentos de sensibilização, diversão e de integração de grupo, com o objetivo de conduzir os jovens a um momento de introspecção, no qual percebessem o seu lugar no contexto ambiental, ou seja, junto aos outros moradores, e com o local onde residem.

Procurou-se agir de modo a facilitar uma comunicação mais verdadeira entre os participantes, de forma que, opiniões divergentes pudessem fluir e serem estimuladas ao debate. Assim, os participantes puderam vivenciar pontos de identificação e divergência com os demais, dando abertura a um espaço comum de entendimento e respeito às diversidades.

³ Esse Programa Educacional pode ser acessado através do endereço eletrônico: www.maternatura.org.br/ilhadomel

A 3ª e última fase do projeto terá duração até novembro de 2006 e estão sendo realizadas oficinas de instrumentalização, conforme a demanda verificada nas fases anteriores, visando incentivar o desenvolvimento pessoal e auxiliar na formação dos jovens da Ilha do Mel e o encaminhamento para uma possível fonte de geração de renda.

A construção conjunta e a troca de valores sociais, conhecimentos e habilidades têm favorecido o crescimento pessoal e estimulado o exercício da cidadania, o que pode ser medido através de um maior número de jovens participando de reuniões comunitárias e contribuindo para a tomada de decisões. Verificou-se também que os jovens apresentam-se mais comunicativos e participativos a cada encontro e percebe-se que alguns deles começam a se destacar como lideranças.

Dessa forma, acredita-se que o Programa oportuniza um espaço de diálogo (aceitando os questionamentos dos jovens e seus interesses em relação ao mundo contemporâneo), de reflexão (em relação à realidade social em que vivem) e de conhecimento (de si mesmo e de seu ambiente), para que o jovem tenha uma maior probabilidade de fazer uma escolha bem sucedida.

4 - CONCLUINDO:

Cada público-alvo, cada coletivo, tem diferentes anseios e necessidades, o que reflete diretamente no meio ambiente, dessa forma, um Programa de Educação Ambiental não-formal deve partir da realidade vivida pelo público-alvo, levando em conta seus aspectos sociais, culturais, econômicos e ecológicos, despertando seu enfoque interdisciplinar e sistêmico para que o Programa realmente seja consistente.

Deve sensibilizar os indivíduos, disseminar e socializar conhecimentos entre os diferentes grupos sociais, introduzir e promover o aprendizado de novos valores, novas atitudes em relação ao meio e novas condutas perante a sociedade, viabilizando uma

releitura do mundo e de sua realidade, de forma a perceber a dinâmica socioambiental que relaciona o global e o local.

Um Programa de Educação Ambiental não-formal deve apresentar caráter contínuo e permanente, com ações sustentáveis, envolvendo a participação da comunidade e primando para a formação de multiplicadores e de cidadãos conscientes e responsáveis social e politicamente, engajados para a formação de uma sociedade realmente democrática. Visto que o exercício da cidadania, o respeito à diversidade, a justiça ambiental e a qualidade de vida são aspectos intrínsecos à Educação Ambiental.

Através do presente artigo, procurou-se refletir sobre vários aspectos que compõem um Programa de Educação Ambiental, seja ele formal ou não-formal, pois a EA não é bipartida, ela é única, esta distinção é feita apenas para diferenciar onde ela será realizada, dentro de um ambiente formal de ensino ou ultrapassando essa fronteira.

5 – REFERÊNCIAS

BRASIL. A implantação da Educação Ambiental no Brasil. Brasília, DF, 1998.

BRASIL. Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/Tratea.cfm>>. Acesso em: 13 out. 2003.

BRASIL. Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA: documento básico. Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental. 2.ed. Brasília, 2004.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental:** a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.

LIMA, Anabel de. **Do universo das redes às redes de Educação Ambiental, potencialidades e limitações da Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental: REASul.** 2006. 161 p. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2006.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

PADUA, S.; TABANEZ, M.; SOUZA, M. das G. O Papel da Educação Ambiental e da Participação Comunitária na Conservação de áreas Naturais. **Ação Ambiental**, Viçosa, Ano II, n. 8 p. 8-11, 1999.

TORO, J. B.; WERNECK, N. M. **Mobilização Social: um modelo de construir a democracia e a participação**. Brasília: ABEAS – UNICEF, 1997.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.